



**Câmara Municipal de
Conceição de Macabu - RJ -
Conceição de Macabu - RJ**
Sistema de Apoio ao Processo
Legislativo



000248

COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação:
12025/09/15000248

Número / Ano	000248/2025
Data / Horário	15/09/2025 - 12:08:07
Ementa	Altera a redação da Lei Municipal nº 951, de 31 de agosto de 2009, para dispor sobre a forma de concessão do auxílio alimentação.
Autor	Prefeitura Municipal de Conceição de Macabu - Prefeito
Natureza	Legislativo
Tipo Matéria	Projeto de Lei Ordinária
Número Páginas	5
Número da Matéria	38
Emitido por	CarlosDantas

C.M.C.M
Secretaria
Processo nº 248/25
Rubrica Carlos Dantas Fis. 01



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 17/2025.

*Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente,
Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Conceição de Macabu.*

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, bem como a seus Ilustres Pares, para encaminhar em anexo o presente Projeto de Lei nº 17/2025, que altera a redação da Lei Municipal nº 951, de 31 de agosto de 2009, para dispor sobre a forma de concessão do auxílio alimentação.

Ao submeter o Projeto à apreciação dessa Casa, estamos certos de que os Senhores Vereadores saberão aperfeiçoá-lo e, sobretudo, reconhecer o grau de prioridade à sua aprovação, razão pela qual, solicito a tramitação da matéria em caráter de **URGÊNCIA**.

Nesta oportunidade, envio a presente mensagem, ao tempo que renovo as manifestações de elevada estima e consideração a V. Exa. e seus Ilustres pares.

Conceição de Macabu/RJ, 12 de setembro de 2025.


VALMIR TAVARES LESSA
-Prefeito Municipal-

C.M.C.M.
Secretaria
Processo nº 248/25
Rubrica  Fls. 02



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU
GABINETE DO PREFEITO

C.M.C.M.
Secretaria
Processo nº 248/25
Rubrica: [assinatura] 03

PROJETO DE LEI Nº 17/2025.

APROVADO POR UNANIMIDADE

LIDO
16/9/25
[assinatura]

Altera a redação da Lei Municipal nº 951, de 31 de agosto de 2009, para dispor sobre a forma de concessão do auxílio alimentação.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 1º da Lei Municipal nº 951/2009, alterado pelas Leis municipais nº 1814/22 e 1964/25, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fornecer aos seus Servidores Públicos Ativos, ocupantes de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão, bem como aos Conselheiros Tutelares Titulares, o auxílio alimentação, em decorrência do Programa de Alimentação do Trabalhador.

§1º. A concessão do auxílio alimentação poderá ser feita:

- I – preferencialmente por meio de cartão alimentação, emitido por empresa especializada contratada para este fim; ou*
- II – em pecúnia, mediante depósito bancário em conta vinculada ao pagamento do salário.*

§2º. Perderá o direito ao auxílio alimentação o servidor público permutado ou cedido a outro município.

§3º. A presente Lei poderá ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, no que couber. ”

Art. 2º. O art. 2º da Lei Municipal nº 951/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. O valor recebido a título de auxílio alimentação, seja por meio preferencialmente de cartão alimentação ou mediante depósito bancário em conta vinculada ao pagamento do salário, não será incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão, ou vantagem para quaisquer efeitos; não será caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura, não gerando direito à reclamação trabalhista; não será configurado como rendimento tributável, nem incidirá sobre o mesmo qualquer contribuição ao IPASCON, INSS, FGTS ou a qualquer outro regime de previdência ou seguridade social, seja a que título for.”

Art. 3º. O art. 3º e parágrafo único da Lei Municipal nº 951/2009 alterado pela Lei nº 1668/21, passa a vigorar com a seguinte redação:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU
GABINETE DO PREFEITO

CMCM
Secretaria
Processo nº 248125
Rubrica 0098 Fls 04

“Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o auxílio alimentação preferencialmente por meio de cartão alimentação, mediante contrato celebrado com empresa especializada após regular processo licitatório, ou, alternativamente, em pecúnia, mediante depósito bancário em conta vinculada ao pagamento do salário do servidor.

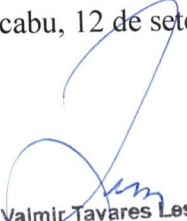
Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo Municipal, por ato próprio, determinar a forma de concessão do auxílio alimentação, podendo optar entre cartão alimentação ou depósito bancário, conforme conveniência administrativa. ”

Art. 4º. O caput do art. 4º da Lei Municipal nº 951/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. A concessão do Auxílio Alimentação ficará condicionada a disposição de recursos financeiros suficientes para custeá-lo e sua atualização far-se-á mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, sempre que for identificada a defasagem do benefício.”

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conceição de Macabu, 12 de setembro de 2025.


Valmir Tavares Lessa
Prefeito
Conceição de Macabu/RJ



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU
GABINETE DO PREFEITO

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente e Edis Pares,

Trata-se do Projeto de Lei nº 17/2025, que altera a redação da Lei Municipal nº 951, de 31 de agosto de 2009, para dispor sobre a forma de concessão do auxílio alimentação.

A presente proposta tem por finalidade adequar a redação da Lei Municipal nº 951, de 31 de agosto de 2009, que dispõe sobre a concessão do auxílio alimentação aos servidores públicos municipais, de forma a conferir maior clareza, segurança jurídica e uniformidade quanto às formas de pagamento do benefício.

A alteração legislativa ora apresentada reafirma que a concessão do auxílio alimentação será preferencialmente realizada por meio de cartão alimentação, emitido por empresa especializada contratada para este fim, em consonância com as boas práticas administrativas e com os objetivos do Programa de Alimentação do Trabalhador. Essa modalidade contribui para maior controle da destinação do benefício, fomenta o comércio local e garante ao servidor o uso adequado dos valores recebidos.

Todavia, a proposta também resguarda a possibilidade de concessão em pecúnia, mediante depósito bancário em conta vinculada ao salário, conferindo à Administração Pública a necessária flexibilidade para lidar com situações práticas ou conveniências administrativas. Tal previsão evita distorções entre órgãos da Administração Municipal, uma vez que a Câmara Municipal já realiza o pagamento em pecúnia e o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Conceição de Macabu – IPASCON faculta a possibilidade de optar entre as modalidades.

A redação proposta ainda reforça a natureza indenizatória do auxílio alimentação, afastando qualquer possibilidade de incorporação à remuneração, provento ou pensão, bem como de incidência de encargos trabalhistas, previdenciários ou tributários sobre a verba, em conformidade com a legislação vigente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU
GABINETE DO PREFEITO

Portanto, a alteração legislativa ora submetida busca harmonizar a prática administrativa, assegurar segurança jurídica e transparência, além de preservar o equilíbrio financeiro do Município, uma vez que condiciona a concessão do benefício à existência de recursos disponíveis.

Diante do exposto, solicita-se o apoio dos Nobres Vereadores para aprovação da presente proposição.

Conceição de Macabu/RJ, 12 de setembro de 2025.


VALMIR TAVARES LESSA
-Prefeito Municipal-



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

Secretaria
Processo nº 24865
Rubrica 115 Fis 07

DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR)

REFERÊNCIA: PLO 38/2025 - Altera a redação da Lei Municipal nº 951, de 31 de agosto de 2009, para dispor sobre a forma de concessão do auxílio alimentação.

PARECER

A proposição em referência foi encaminhada a esta Comissão de Legislação. Justiça e Redação Final, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto pelo título II, capítulo III, seções III e IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Conceição de Macabu.

Constata-se que a matéria analisada está amparada na Constituição Federal e respaldada pela Lei Orgânica Municipal, bem como atende aos ditames regimentais, estando, desta forma, em condições de ser aprovada no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente à APROVAÇÃO do projeto em referência.

É o nosso parecer.

Tayguara Bueno de Souza Tavares

Relator

Carlos Augusto Paula Barbosa

Presidente

Raphael da Silva Chagas Barbosa

Membro

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

Prça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro - Conceição de Macabu/RJ - CEP: 28740-000

camara@conceicaodemacabu.rj.leg.br (22) 2779-2047 <https://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br/>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

P.M.C.M.
Processo nº _____
Rubrica _____

C.M.C.M.
Secretaria
Processo nº 248/25
Rubrica [assinatura] Fls. 08

AO EXMO. PREFEITO MUNICIPAL
SR. VALMIR TAVARES LESSA
OFÍCIO GP Nº 162/2025

Conceição de Macabu/RJ, 17 de setembro de 2025.

Assunto: Encaminhamento
AUTÓGRAFO DO PLO 38/2025 – Poder Executivo

Excelentíssimo Senhor Prefeito

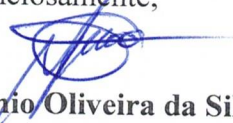
Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, para encaminhar o autógrafo do Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 38/2025, de autoria do Poder Executivo, que *“Altera a redação da Lei Municipal nº 951, de 31 de agosto de 2009, para dispor sobre a forma de concessão do auxílio-alimentação.”*.

Informo a Vossa Excelência que o Projeto de Lei Ordinária, após lido na reunião ordinária de 16 de setembro de 2025 e sem emendas apresentadas, foi encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Incluído na Ordem do Dia de 17 de setembro de 2025, foi discutido e aprovado por unanimidade.

Encaminho o presente autógrafo para sanção e publicação do PLO em forma de Lei Municipal, conforme previsto na Lei Orgânica do Município (LOM).

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,


Marco Antonio Oliveira da Silva
Presidente da Câmara
Biênio 2025-2026

Prefeitura Municipal de Conc. de Macabu
PROTOCOLO GERAL
Nº: 16.114/25
Em: 17/09/25
Ass: [assinatura]

Câmara Municipal de Conceição de Macabu

☛ Praça Dr. José Bonifácio Tassara, 113, Centro – Conceição de Macabu/RJ – CEP: 28740-000

☎ camara@conceicaodemacabu.rj.leg.br ☎ (22) 2779-2047 🌐 <https://www.conceicaodemacabu.rj.leg.br/>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 38/2025

C.M.C.M.
Secretaria
Processo nº 248.125
Rubrica Fls. 09

Altera a redação da Lei Municipal nº 951, de 31 de agosto de 2009, para dispor sobre a forma de concessão do auxílio-alimentação.

A Câmara Municipal de Conceição de Macabu, por seus representantes legais, APROVOU e o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, SANCIONA, a seguinte:

LEI:

Art. 1º. O art. 1º da Lei Municipal nº 951/2009, alterado pelas Leis municipais nº 1814/22 e 1964/25, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fornecer aos seus Servidores Públicos Ativos, ocupantes de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão, bem como aos Conselheiros Tutelares Titulares, o auxílio alimentação, em decorrência do Programa de Alimentação do Trabalhador.

§1º. A concessão do auxílio-alimentação poderá ser feita:

I – preferencialmente por meio de cartão-alimentação, emitido por empresa especializada contratada para este fim; ou

II – em pecúnia, mediante depósito bancário em conta vinculada ao pagamento do salário.

§2º. Perderá o direito ao auxílio-alimentação o servidor público permutado ou cedido a outro município.

§3º. A presente Lei poderá ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, no que couber.”

Art. 2º. O art. 2º da Lei Municipal nº 951/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 2º. O valor recebido a título de auxílio-alimentação, seja por meio preferencialmente de cartão-alimentação ou mediante depósito bancário em conta vinculada ao pagamento do salário, não será incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão, ou vantagem para quaisquer efeitos; não será caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura, não gerando direito à reclamação trabalhista; não será configurado como rendimento tributável, nem incidirá sobre o mesmo qualquer contribuição ao IPASCON, INSS, FGTS ou a qualquer outro regime de previdência ou seguridade social, seja a que título for.”

Art. 3º. O art. 3º e parágrafo único da Lei Municipal nº 951/2009 alterado pela Lei nº 1668/21, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o auxílio-alimentação preferencialmente por meio de cartão-alimentação, mediante contrato celebrado com empresa especializada após regular processo licitatório, ou, alternativamente, em pecúnia, mediante depósito bancário em conta vinculada ao pagamento do salário do servidor.


Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo Municipal, por ato próprio, determinar a forma de concessão do auxílio-alimentação, podendo optar entre cartão-alimentação ou depósito bancário, conforme conveniência administrativa. ”

Art. 4º. O caput do art. 4º da Lei Municipal nº 951/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. A concessão do Auxílio-Alimentação ficará condicionada a disposição de recursos financeiros suficientes para custeá-lo e sua atualização far-se-á mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, sempre que for identificada a defasagem do benefício.”

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conceição de Macabu/RJ, 17 de setembro de 2025.


Marco Antonio Oliveira da Silva
Presidente da Câmara
Biênio 2025-2026

LEI Nº 1.969/2025.

Altera a redação da Lei Municipal nº 951, de 31 de agosto de 2009, para dispor sobre a forma de concessão do auxílio alimentação.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE MACABU aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 1º da Lei Municipal nº 951/2009, alterado pelas Leis municipais nº 1814/22 e 1964/25, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fornecer aos seus Servidores Públicos Ativos, ocupantes de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão, bem como aos Conselheiros Tutelares Titulares, o auxílio alimentação, em decorrência do Programa de Alimentação do Trabalhador.

§1º. A concessão do auxílio alimentação poderá ser feita:

I – preferencialmente por meio de cartão alimentação, emitido por empresa especializada contratada para este fim; ou

II – em pecúnia, mediante depósito bancário em conta vinculada ao pagamento do salário.

§2º. Perderá o direito ao auxílio alimentação o servidor público permutado ou cedido a outro município.

§3º. A presente Lei poderá ser regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, no que couber. “

Art. 2º. O art. 2º da Lei Municipal nº 951/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. O valor recebido a título de auxílio alimentação, seja por meio preferencialmente de cartão alimentação ou mediante depósito bancário em conta vinculada ao pagamento do salário, não será incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão, ou vantagem para quaisquer efeitos; não será caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura,

não gerando direito à reclamação trabalhista; não será configurado como rendimento tributável, nem incidirá sobre o mesmo qualquer contribuição ao IPASCON, INSS, FGTS ou a qualquer outro regime de previdência ou seguridade social, seja a que título for.”

Art. 3º. O art. 3º e parágrafo único da Lei Municipal nº 951/2009 alterado pela Lei nº 1668/21, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o auxílio alimentação preferencialmente por meio de cartão alimentação, mediante contrato celebrado com empresa especializada após regular processo licitatório, ou, alternativamente, em pecúnia, mediante depósito bancário em conta vinculada ao pagamento do salário do servidor.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo Municipal, por ato próprio, determinar a forma de concessão do auxílio alimentação, podendo optar entre cartão alimentação ou depósito bancário, conforme conveniência administrativa. “

Art. 4º. O caput do art. 4º da Lei Municipal nº 951/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º. A concessão do Auxílio Alimentação ficará condicionada a disponibilidade de recursos financeiros suficientes para custeá-lo e sua atualização far-se-á mediante ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, sempre que for identificada a defasagem do benefício.”

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Conceição de Macabu, 18 de setembro de 2025.

VALMIR TAVARES LESSA
-Prefeito Municipal-

Festival
Sesc de
primavera

SAVE THE
DATE
26 A 28 SETEMBRO

EVENTO GRATUITO • CONCEIÇÃO DE MACABU-RJ

APRESENTAÇÃO

APOIO

PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO

Sesc

Senac

Sincomércio

TURIISMO
CONCEIÇÃO DE MACABU - RJGOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONCEIÇÃO DE MACABUPROFIVE
STUDIO DE EVENTOS